



MPV 302

00155

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA <b>03/07/2006</b>		PROPOSIÇÃO <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 302/2006</b>	
AUTOR <b>DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ</b>		Nº PRONTUÁRIO <b>337</b>	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA <b>01/01</b>	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Inclua-se o seguinte artigo onde couber:

**Art.** As tabelas de vencimento básico dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 são reajustadas no percentual de 50% (cinquenta por cento), de maneira gradual, na forma que segue.

- I – 10% (dez por cento), produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2007;
- II – 15% (quinze por cento), produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2008; e
- III – 25% (vinte e cinco por cento), produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho são responsáveis por administrar e fiscalizar uma enorme gama de tributos e contribuições. No entanto, a estrutura remuneratória prevista na MP concede a esses servidores uma remuneração consideravelmente menor do que recebe a maioria dos profissionais das fiscalizações estaduais e até mesmo de várias fiscalizações municipais. Com a edição das recentes Medidas Provisórias de reestruturação salarial, os Auditores Federais que atualmente têm um tratamento remuneratório isonômico com as carreiras da AGU – Advocacia Geral da União, perceberão valores inferiores também a esses profissionais, pois para os últimos estão previstos aumentos escalonados até o início de 2009. Assim, caso não sejam corrigidas tais distorções, poderemos ter Auditores Fiscais federais, responsáveis pela constituição do crédito tributário, com vencimentos substancialmente menores que os dos Procuradores vinculados a AGU, responsáveis pela cobrança judicial dos créditos anteriormente citados, o que fatalmente levará a uma desestruturação organizacional das Administrações Tributárias em que esses servidores estiverem lotados. Cumpre-nos acrescentar de que a presente emenda nos foi sugerida pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Previdência Social - ANFIP

10 ASSINATURA

**Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo**



O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS